



*Suplemento*  
*Fig. 10*  
*Jav.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### ACTA Nº. 2/95

### 1ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 1995

30 de Março de 1995

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Vitor Manual Lopes de Andrade.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Srs. Mário Ventura Henriques, António Guedes, Marques Pedrosa, António Mira, D<sup>a</sup>. Isabel Ferreira, José Félix, Jorge de Lemos e Pedro Cordeiro, conforme consta da relação anexa.

### I - ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea f) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Quadro de Pessoal da Câmara Municipal da Amadora*";

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Alienação de parcela de terreno, propriedade da Câmara sita na Estrada de Alfragide*";

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº.1 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Plano de Pormenor - Rua Gonçalves Ramos/Rua Filipa de Lencastre*".

Posta a Ordem de Trabalhos a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade dos 27 membros presentes (Documento em anexo a esta acta).

### II - APROVAÇÃO DE ACTAS

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício pôs à consideração da Assembleia as actas nº. 16, 17, 18, 19 e 20/94. Informou ainda que se não houvesse objecções, a



discussão seria conjunta mas, como era óbvio, a sua votação seria em separado. Não havendo intervenção na sua discussão, pôs a acta nº. 16/94 a votação, sendo aprovada por maioria com 19 votos a favor e 1 abstenção; a acta nº. 17/94 que foi aprovada por maioria com 19 votos a favor e 2 abstenções; a acta nº. 18/94 que foi aprovada por maioria com 28 votos a favor e 1 abstenção; a acta nº. 19/94 que foi aprovada por maioria com 24 votos a favor e 2 abstenções e por fim a acta nº. 20/94 que foi aprovada por maioria com 26 votos a favor e 2 abstenções.

### **III - CORRESPONDÊNCIA**

Foi lido o resumo constante da folhas que se anexa com esse título.

### **V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. Vitorino Rodrigues Peres para falar sobre as barracas dos ciganos que arderam junto à Rua de Dili e sobre uma Praceta que se encontra abandonada aos ratos, cães e gatos, junto à mesma Rua e o Sr. Fernando Castro para falar também sobre a mesma Rua e Praceta. A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara em exercício, Vereadora D<sup>a</sup>. Helena Bastos, respondeu às questões colocadas e disse que tomou notas para tentar resolver o problema.

### **VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. Henrique Lourenço, António Filipe, Carlos Reis, José Teodoro, Manuel Jerónimo, Francisco Mota, D<sup>a</sup>. Maria João Ferreira, D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado e Catolino Pinto.

O Sr. Henrique Lourenço, na sua intervenção, falou sobre a Rua de Dili, dizendo que a Junta de Freguesia da Mina enviou um ofício à Câmara onde expunha este problema, pelo que lamenta que a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara em exercício não tenha conhecimento do mesmo e que o ofício solicitava o ajardinamento daquela zona e o plantio de árvores e que a Junta de Freguesia tomaria conta da conservação daquele espaço verde.

O Sr. António Filipe, na sua intervenção, fez uma declaração política (Documento em anexo a esta acta). De seguida o Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que a Comissão Permanente reuniu para analisar o problema do Hospital tendo ficado





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

assente, concensualmente, a utilidade de uma visita ao Hospital dos membros da Assembleia, uma consulta às entidades públicas ali presentes para discutir o problema do Hospital e ainda que a visita teria lugar oportunamente. De seguida informou que deu entrada, na Mesa, uma moção sobre o recebimento, na Embaixada de Portugal na Tunísia, de um cidadão italiano foragido, que foi lida pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Sr. Joaquim Marques. Após esta leitura, pô-la a admissão sendo admitida por unanimidade dos 27 membros presentes. De seguida interveio o Sr. Carlos Reis para falar sobre o Hospital da Amadora/Sintra, perguntando à Câmara se já concluiu os seus acessos e se o atraso não se prende com a inacção da Câmara nesse domínio; que o Hospital vai ser aberto muito brevemente; que a gestão privada tem a ver com a poupança de recursos e que permitirá aos doentes serem melhor tratados. De seguida, fez uma declaração política (Documento em anexo a esta acta).

O Sr. José Teodoro, na sua intervenção, informou que a partir de hoje passará a ser o novo porta-voz e líder da bancada do PSD em substituição do Sr. Rui Amendoeira e falou sobre o Hospital da Amadora/Sintra, dizendo que este está praticamente concluído; que foi um investimento muito elevado; que é um estabelecimento hospitalar equipado com os mais modernos equipamentos numa série de valências; que os elementos da Junta de Freguesia da Venteira fizeram uma visita ao Hospital, tendo constataado que os equipamentos são dos mais modernos, as enfermarias são óptimas, etc., no fundo todo o sistema que está montado representa uma grande obra, um grande investimento e acima de tudo representa que as populações da Amadora e Sintra passarão a ter uma boa assistência na saúde; a zona em frente ao Babilónia, dizendo que uma grua que ali estava montada transportava estruturas de ferro para o prédio em construção, sem qualquer protecção para as pessoas que ali passavam, o que se tornava perigoso e também que a fiscalização deveria ter actuado dado que nessa altura a rua estava intransitável devido à chuva e as pessoas não podiam ali passar ou se passavam enterravam-se na lama. Referiu ainda que tem conhecimento que a Junta de Freguesia da Venteira recebeu algumas queixas e que oficiou a Câmara para que resolvesse o problema.

O Sr. Manuel Jerónimo, na sua intervenção, falou sobre a Comissão de Segurança, dizendo que reuniu há cerca de dois meses, tendo sido resolvido que se iria, conjuntamente com a Câmara, reunir com o Sr. Ministro da Administração Interna, pelo que gostaria de saber quando é que se efectua essa reunião. O Sr. Primeiro Secretário da Assembleia em exercício, Sr. Joaquim Marques, informou-o que foi enviado um ofício



ao Sr. Ministro da Administração Interna e que até à data ainda não foi recebida qualquer resposta.

O Sr. Francisco Mota, na sua intervenção, falou sobre a publicação dos subsídios entregues às Colectividades, dizendo que não foi feita a sua publicação nem no ano passado nem no corrente ano e que o prazo expira amanhã, pelo que a Câmara não está a cumprir com o normativo legal; os Serviços Municipalizados, perguntando como é que se encontra a formação destes em termos de independência em relação a Oeiras; os aumentos da água, dizendo que estes são da competência da Câmara e da Assembleia e que o aumento da água, para a Amadora, foi deliberada por Oeiras não tendo a Assembleia Municipal da Amadora qualquer conhecimento; o PER, perguntando em que fase se encontra; o URBAN, perguntando também qual é a sua situação; as Bombas de Gasolina, perguntando em que situação se encontram as 4 Bombas de Gasolina em relação ao pagamento do Cânon superficiário e por fim sobre o Regulamento sobre Barreiras Arquitectónicas para Deficientes, dizendo que a Câmara aprovou este Regulamento mas não o aplica, pois junto às Portas de Benfica existe um passeio com 2 metros de largura que está a ser ocupado com um placard de 1,5 metros o que dificulta a passagem de deficientes.

A Sr<sup>a</sup>. D<sup>a</sup>. Maria João Ferreira, na sua intervenção, disse que recebeu um documento da Sr<sup>a</sup>. D<sup>a</sup>. Maria Teresa Costa Macedo, que não pode estar presente a nesta Sessão, para entregar à Mesa e que esta como membro da Organização de Família esteve no encerramento do Ano Internacional da Família, tendo trazido o texto que todos os países assinaram relativamente à Declaração Internacional dos Direitos da Família (Documento em anexo a esta acta).

A Sr<sup>a</sup>. D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, leu uma declaração sobre o lançamento do livro "*A Mulher na Política*" (Documento em anexo a esta acta).

O Sr. Catolino Pinto, na sua intervenção, disse que a sua intervenção era dirigida à Câmara e de seguida disse que não lhe foi possível estar presente na reunião pública da Câmara do dia 28 de Março passado e que subscreve as palavras proferidas por um vogal da Assembleia de Freguesia de Alfragide e que aguarda que lhe seja entregue, oportunamente, uma certidão dessa intervenção uma vez que foi solicitada na reunião da Câmara. De seguida falou sobre a constituição de hipoteca na C.G.D. para a construção do Mercado e Sede da Junta de Freguesia de Alfragide e por fim convidou os Srs. Vereadores do PS e PSD e o Sr. Presidente da Câmara a visitarem as obras em curso.





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Sr. António Filipe interveio para dizer que na declaração entregue pela Sr<sup>a</sup>. D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado consta, nas considerações que foram feitas e no texto, uma difamação relativamente às mulheres comunistas.

A Sr<sup>a</sup>. D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado voltou a intervir para perguntar se as mulheres da bancada do PCP estão proibidas de falar, pois existindo mulheres nenhuma falou.

O Sr. António Filipe voltou a intervir para dizer que se abstrai de considerações que não merecem a sua consideração, tendo usado o direito de defesa porque o PCP foi acusado de oprimir as suas mulheres impedido-as de se pronunciarem.

A Sr<sup>a</sup>. D<sup>a</sup>. Maria Helena Nogueira, na sua intervenção, respondeu à Sr<sup>a</sup>. D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado dizendo que nunca se coibiu de assinar qualquer documento e que o PCP nunca proibiu as mulheres de assinarem qualquer documento que achem que devem assinar. Após esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que deu entrada, na Mesa, uma moção sobre as comemorações do dia 24 de Março, Dia do Estudante, que foi lida. De seguida pôs a moção a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 24 membros presentes. Seguidamente pôs a moção sobre a deslocação do Sr. Presidente da República, à Tunísia à discussão, tendo intervindo os Srs. Carlos Reis, Manuel Jerónimo, Guilherme Guimarães, João Vieira e Manuel Teodoro. Após estas intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que foi presente à Mesa um requerimento a solicitar o prolongamento deste período, que após lido foi posto a votação, sendo aprovado por maioria com 27 votos a favor e 1 contra (Documento em anexo a esta acta). De seguida continuou-se a discussão da moção intervindo as Sras. D<sup>a</sup>. Maria Antónia Taborda e D<sup>a</sup>. Maria Luisa Jubilado e os Srs. Carlos Reis, João Vieira, Rui Amendoeira, António Filipe e Manuel Teodoro. Não havendo mais intervenções, foi a moção posta a votação, sendo rejeitada por maioria com 8 votos a favor, 20 contra e 2 abstenções (Documento em anexo a esta acta). Após esta votação a Sra. Presidente da Câmara em exercício interveio para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, tais como, a zona da Rua de Dili; os acessos ao Hospital da Amadora, dizendo que esses acessos não são da responsabilidade da Câmara, mas sim da Junta Autónoma das Estradas; o Centro Comercial Babilónia, dizendo que o Sr. Vereador Fernando Pereira iria falar sobre este problema, bem como sobre o PER; os subsídios às Colectividades da Amadora, dizendo que ainda não foram pagos, mas que pensa que brevemente o serão; o URBAN, dizendo que continua em negociação; as Bombas de Gasolina, dizendo que o Vereador do pelouro está a elaborar um processo sobre este assunto para ser presente ao Sr. Presidente da



Câmara e posteriormente à Assembleia; a Postura Municipal sobre a eliminação das barreiras arquitectónicas para deficientes, dizendo que a sua aplicação vai levar o seu tempo e por fim sobre a hipoteca na C.G.D. para a construção do Mercado e Sede da Junta de Freguesia de Alfragide, dizendo que na votação se absteve e que na altura explicou a razão da sua abstenção e ainda que era da competência da Assembleia a sua aprovação, pois atinge o valor de aproximadamente 200 mil contos. De seguida interveio o Sr. Vereador Fernando Pereira, por delegação da Sra. Presidente da Câmara em exercício, para falar sobre o Edifício Babilónia, dizendo que foi notificado o construtor, em devido tempo, no sentido de proceder à protecção dos cidadãos que ali transitam, construindo um túnel de passagem e desocupando parte do espaço público que indevidamente ocupou, uma vez que não havia licenciamento para essa ocupação; que lhe foi dado um prazo que não cumpriu, pelo que foi informado que iria ser levantado um processo de contraordenação e posteriormente a aplicação de uma coima; que as obras estão paradas devido à intervenção da C.C.R.V.T.; que houve, da parte da Câmara, interesse em resolver o problema, pois a Câmara, através dos Serviços, iria construir um túnel de protecção e que o seu preço seria debitado ao constructor, mas devido a dificuldades internas ainda não se construiu; o PER, dizendo que foi definida, pela Câmara, uma metodologia de negociação do acordo do Programa Especial de Realojamento; que nessa metodologia se definem um conjunto de pontos que eram considerados essenciais a serem inseridos no acordo que a Câmara vier a celebrar com o Estado; que houve diversas reuniões com o INH e com o IGAP sobre este assunto; que face ao impasse destas reuniões, a Câmara decidiu solicitar uma reunião ao Sr. Secretário do Estado; que a Câmara foi recebida e que nessa reunião estavam presentes o Presidente do IGAP e um vogal, onde a Câmara explicou as razões que a levaram a considerar que o acordo entre a Câmara e o Estado deveria contemplar determinadas garantias; que a Amadora tem que fazer 200 realojamentos por Km<sup>2</sup>, Lisboa faz menos 50% e Sintra faz 53 vezes menos de realojamentos; que no território da Amadora há capacidade de construção de apenas 60 mil fogos, pelo que haveria necessidade de adquirir 6.400 fogos, o que demonstra a dificuldade do Município no realojamento; que o realojamento na Amadora rondará os 60 milhões de contos; que a Câmara está interessada em subscrever o PER e por fim disse que o Município da Amadora é o 2º. Município mais pequeno do País. Após esta intervenção o Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que o tempo deste período estava esgotado, pelo que a moção sobre o Dia do Estudante seria discutida em próxima Sessão e por fim deu o período por encerrado.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### VI - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Quadro de Pessoal da Câmara Municipal da Amadora*".

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu para apreciar este ponto e que não emitiu qualquer parecer devido à falta de quorum e de seguida a Sr.ª Presidente da Câmara em exercício, Sr.ª Vereadora D.ª Helena Bastos fez a introdução formal da proposta intervindo seguidamente os Srs. Guilherme Guimarães, José Fernandes, Anibal Ramos, José Teodoro, Francisco Mota, António Filipe, João Vieira, Luis Francisco e Presidente da Câmara em exercício para dar as devidas explicitações. Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 27 membros presentes (Documento em anexo a esta acta). Foi feita uma declaração de voto pelo Sr. José Teodoro em nome da bancada do PSD (Documento em anexo a esta acta).

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Alienação de Parcela de Terreno, Propriedade da Câmara sita na Estrada de Alfragide*".

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que a Comissão de Urbanismo reuniu para analisar esta proposta, tendo emitido um parecer que passou a ler (Documento em anexo a esta acta). Seguidamente o Sr. Vereador Fernando Pereira, por delegação da Sr.ª Presidente da Câmara em exercício, Sr.ª Vereadora Helena Bastos, fez a introdução formal da proposta, a qual, por não haver inscrições para a sua discussão, foi posta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 24 membros presentes (Documento em anexo a esta acta).

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Plano de Pormenor - Rua Gonçalves Ramos/Rua Filipa de Lencastre*".

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que a Comissão de Urbanismo reuniu para analisar esta proposta, tendo emitido um parecer que passou a ler (Documento em anexo a esta acta). Seguidamente intervieram os Srs. Francisco Mota e Car-

los Reis. Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 24 membros presentes (Documento em anexo a esta acta).

Finda a discussão da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício deu a Sessão por encerrada às 01.05 horas.

*Luís António Silva*

*João Silva*

*João Silva*